Publicado em 12/10/2022 - 05:59

Lira manobra para votar criminalização das pesquisas

Arthur Lira manobra para criminalizar pesquisas, mas enfrenta resistência

Aliado de Bolsonaro, presidente da Câmara tenta aprovar texto a toque de caixa, mas, sem apoio, adia discussão; Pacheco critica proposta

Danielle Brant e Ranier Bragon

Ranier Bragon

Bansiu A Lideres da base do governo resistiram nesta terçafeira (11) a uma tentativa do presidente da Gamara, Arthur Lira (PP-AL), de votar a toque de caixa um projeto que busca criminalizar a divulgação de pesquisas elétrorais no país. Com isso, a discussão ficou para a próxima semana, mas há uma ala de parlamentares que defende que o tema não seja tratado antes do segundo tumo dase lejto, es marcado para o dia 30 de outubro. Lira tem comandando uma articulação bolsonarista para aprovar a criminalização

articulação bolsonarista pa-ra aprovar a criminalização de pesquisas eleitorais, movi-mento que tomou corpo após diferenças entre os resultados do primeiro turno com levan-tamentos de intenção de vo-to até a véspera da disputa. A ofensiva tenta desacre-ditar os institutos com argu-

ditar os institutos com argu-mentos que ignoram caracte-rísticas de pesquisas eleitorais. A tese defendida pelo grupo liderado por Lira e que institu-tos devem acertar o resultado das eleições, desconsideran-do que pesquisas medem delaração ou intenção do elei-tor no dia da sondagem, não o efetivo voto dado no pleito. A atual mobilização e ncor-pa um antigo deseji de parte

pa um antigo desejo de parte dos congressistas de censurar pesquisas eleitorais.

pesquisas eleitorais. Um projeto elaborado pelo lidier do governo Jair Bolsonaro (PL) na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), tem como espinha dorsala criminalização (compena deprisão de atéroanos) de institutos que publicarem pesquisas "rardads" nos 15 dias que antecedem a votação. O texto não diz o que seria considerado erro nem o que acontece no caso de futuações eleitorais nas duas últimas semanas da eleição. A proposta de Barros diz considerar "erro grotesco que sete empresa já estabelecidas on mercado inveram pesquisas indicando a possibilidad de vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa chance—apenas 137 ponto percentual dos votas validos septuados de vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa chance—apenas 137 ponto percentual dos votas validos septuados moi esta de vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa chance—apenas 137 ponto percentual dos votas validos septuados de vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa comercado. Ele também não soube explicar qual critério sous pura a estetirar do mercado. Ele também não soube explicar qual critério suo para estabelecero tamanho da pena no projeto, com base destra do se a parte da vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa cala de vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa cala de vitória de Lula no primeiro tumo". Ocorre que de fato houve essa comercado. Ele também não soube explicar qual critério suo para estabelecero tamanho da pena no projeto, com projeto, com condicade comas pesquisas do segundo tumo divulgadas até agora por Dasfolha, Ipec e Quaest.

Nesta semana, o presidente da Câmara anexou a proposta de criminalização das pesquisas aum meta que vi vi desse projeto, com con consente de vitória de destro de la calada não do desendo de vesta de vitória de la calada não do de vesta de vitória de la calada não do de vesta de vitória de la calada não de vesta de vitória de la calada não de vesta de vitória de la ca



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)

66 Não faremos nada no Congresso Nacional, como nunca fizemos, na calada da

vamente na próxima semana.
"Não faremos nada no Con-gresso Nacional, como nun-ca fizemos, na calada da noi-te ou com manobras. Sempre te ou com manobras. Sempre com votos, sempre com maio-ria de votos, sempre discutin-do as matérias. E as teses são de dar uma regulamentação à metodologia das pesquisas para dar uma uniformização de números", disse Lira nesta terça em entrevista ao UOL. O deputado afirmou nãosa-bre so testode Barros será o

Oueputatos air moto maosisber se o texto de Barros será o
votado pela Câmara e disse ter
dividas sobre como poderia
ser feita a responso poderia
ser feita a responso poderia
ser feita a responso poderia
será feita a responso poderia
será de lei a responso poderia
será de lei a responso poderia
cando pesquisas. A gene não poblicando pesquisas na véspera
de eleição e dizer que o povo
mudou [de opinião], criticou.
Lira negou que a intenção
da proposta seja criminalizar o sinstitutos, embora tenha defendido banir aqueles cujos resultados divergirem muito da margem de erno. Ele afirmou que o objetivo não é proibir a divulgação
de levantamentos, citando como exemplo normas de países
como França e Itália.
Alguns parlamentares bol
sonaristas coletam na Câmara
assinaturas para que seja criada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre
os institutos de pesquisa. Lira
volto a dizer que, se houver
objeto determinado e número de assinaturas, ela pretende instalar o colegiado.
Além da resistência na Câmara, a mobilização obsonarista liderada por Lira deve encontrar obstáculo no Senado.
O presidente da casa legislativa, Rodrigo Pacheco (PSD-

contrar obstacuo no senado.
O presidente da casa legislativa, Rodrigo Pacheco (PSDMiC), afirmou que a criminalização de pesquisas eleitorais a partir dos resultados é algo
'absolutamente inadequado'.
Segundo Pacheco, caso o projeto de Barros chegue ao senado, ele terá que passar pela Comissão de Constituição de Justiça e ser amplamente debatido antes de ir ao plenário, o que não deve acontecer antes do segundo turno.

"O texto que eu vi desse projeto, com todo respeito, é um texto, especidimente na parte penal, absolutamente inadequado, porque pune muito severamente o erro. Eventual erro de uma pesquisa nu-

al erro de uma pesquisa nu-ma quinta, cujo resultado não

seia idêntico [depois], poder ser punido com quatro a dez anos de prisão —pena superior a peculato, a corrupção—jisso não é adequado juridicamente", afirmou Pacheco. Diferentemente de Lira, cujo alinhamento ao governo é quase absoluto, Pacheco tem adotado uma linha de independência em relação ao Planalto. Em vários casos, ele tem adotado uma linha de independência em relação ao Planalto. Em vários casos, ele tem secolocado em posição ao Polsonaro e por Lira. Pacheco também lembrou que as spesquisas de intenção de voto são importantes para o período eleitoral e reiterou que foi acordado entre os líderes da Casa que qualquer CPI só deve ser instaurada após as eleições. O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-R), também adotou tom de catlea ao tratar do tema. Segundo eleitoral e de um requerimento para realizar uma audiência publica sobre os institutos de pesquisa, qualquer movimentação deve aconte-cra apenas a pós o período eleitoral —inclusive a possível instauração de uma CPI.

Institutos querem acesso a pedido de inquérito do governo

inquérito do governo
são Pavuo A Abep (Associação Brasileira de Empresas de
Pesquisa) solicitou acesso ao
pedido de inquérito feito pelo
Ministério da Justiça relacionado às pesquisas eletiorais.
A associação que representas e empresas do setor tomou a medida após a pasta
do governo Bolsomaro encaminhar à Policia Federal pedido de abertura de inquérito sobre a atuação dos institutos de pesquisas eletiorais
no pleito deste ano.
O objetivo da solicitação
de acesso, segundo a Abep,
e acompanhar as diligências
e colaborar com o esclarecimento de qualquer questão

e colaborar com o esclarecimento de qualquer questão acerca das atividades de seus membros e associados.

"O documento [requerimento de acesso] destaca que a Abep tem o legítimo interesse em acompanhar as investigações e sustentar o descabimento de eventuais medidas cautelares", diz a associação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4